



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS

Edital n.º 02/2013

A DRA. MARCIA PUGLIESI YOKOMIZO, JUÍZA DE DIREITO SUPERVISORA DO JUIZADO ESPECIAL Cível, Criminal e da Fazenda Pública DA COMARCA DE APUCARANA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução nº 03/2010 do Conselho de Supervisão do Sistema dos Juizados Especiais, torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo de juizes leigos e conciliadores para atuação no mencionado Juízo, atendidas as condições e termos seguintes:

1 – DAS VAGAS

1.1 - Serão oferecidas 02 vagas para juizes leigos do Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública e 01 vaga para conciliador do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, havendo classificação até o 30º colocado, para efeito de cadastro de reserva, a fim de suprir eventuais necessidades de substituição ou mesmo para preenchimento de vagas abertas, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

2 – DOS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

2.1 – De acordo com o que determina o art. 6º da Resolução 03/2010 do CSJEs, são requisitos para o exercício da função:

a) de juiz leigo:

a.1) ser brasileiro nato ou naturalizado e maior de dezoito anos;

a.2) não ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do juiz titular e do secretário do Juizado Especial no qual pretende exercer suas funções;

a.3) não exercer atividade político-partidária, nem ser filiado a partido político, ou representante de órgão de classe ou entidade associativa;



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a.4) não registrar antecedente criminal, nem responder a processo penal, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs;

a.5) não ter sofrido penalidade nem praticado ato desabonador no exercício de cargo público, da advocacia ou da atividade pública ou privada, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs;

a.6) estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

a.7) possuir pelo menos 2 (dois) anos de experiência jurídica, segundo critérios fixados no art. 6º, § 2º da Resolução nº 03/2010 do CSJEs.

b) de conciliador:

b.1) ser brasileiro nato ou naturalizado e maior de dezoito anos;

b.2) não ser cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do juiz titular e do secretário do Juizado Especial no qual pretende exercer suas funções;

b.3) não exercer atividade político-partidária, nem ser filiado a partido político, ou representante de órgão de classe ou entidade associativa;

b.4) não registrar antecedente criminal, nem responder a processo penal, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs;

b.5) não ter sofrido penalidade nem praticado ato desabonador no exercício de cargo público, da advocacia ou da atividade pública ou privada, ressalvado o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 03/2010 do CSJEs.

2.2 – Não poderão concorrer às vagas de conciliadores e juízes leigos remunerados:

a) os funcionários do Poder Judiciário;

b) o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Tribunal de Justiça ou de juízes a ele vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento, nos termos do art. 2º da Resolução 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça e da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, observado ainda o contido no art. 6º, II da Resolução 03/2010 do CSJEs.

3 – DA REMUNERAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.1 – A remuneração dos conciliadores e dos juízes leigos será proporcional ao número de audiências realizadas, observando-se os valores determinados nos arts. 36 e 37 da Resolução nº 03/2010 do CSJEs, bem como os limites estabelecidos no Anexo II para cada unidade de Juizado Especial.

3.2 – Os limites previstos no item 3.1 são meramente remuneratórios e não podem ser invocados como motivo para a não distribuição ou não realização de audiências.

4 – DA DURAÇÃO

4.1 – Os juízes leigos e os conciliadores serão designados pelo Supervisor-Geral do Sistema de Juizados Especiais para exercerem suas funções pelo prazo de 4 (quatro) anos, permitida a recondução de forma ilimitada.

5 – DAS INSCRIÇÕES

5.1 – As inscrições serão realizadas no período de **27 de maio de 2013 a 14 de junho de 2013**, no horário das **12h00 às 18h00**, na Secretaria da Unidade do Juizado Especial, localizada na **Travessa João Gurgel de Macedo, 100 – Edifício do Fórum, CEP 86800-710, Apucarana-PR, fone 43-3422-0115**.

5.2 – As declarações apresentadas na ficha de inscrição, bem como a documentação apresentada no decorrer do processo seletivo, serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo, inclusive, penalmente, por qualquer falsidade, nos termos dos arts. 299 e 304 do Código Penal.

5.3 – Para se inscrever o Candidato deverá:

a) preencher um requerimento que estará à disposição dos interessados no local da inscrição;

b) pagar a taxa de inscrição no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) para concorrer à função de juiz leigo e de R\$ 20,00 (vinte reais) para concorrer à função de conciliador, mediante **depósito identificado pelo nome do candidato** em conta corrente (**Agência: 3292, Op. 013, Conta Corrente: 00000157-0**) especialmente aberta para a realização do processo seletivo, junto à **Caixa Econômica Federal**;

c) apresentar-se munido dos seguintes documentos:



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- c.1) fotocópia legível da cédula de identidade;
 - c.2) fotocópia legível do CPF;
 - c.3) fotocópia legível do comprovante de residência;
 - c.4) comprovante de recolhimento da taxa de inscrição junto à instituição bancária.
- 5.4 – O não pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo estabelecido, implicará o indeferimento do pedido de inscrição.
- 5.5 – Em nenhuma hipótese haverá a devolução da taxa de inscrição.
- 5.6 – Não será concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.7 – Serão admitidas inscrições por procuração.

6 – DA SELEÇÃO

6.1 – A seleção dos candidatos inscritos será realizada mediante provas:

- a) escrita, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) oral, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) de títulos, de caráter meramente classificatório.

6.2 – Para a função de **Juiz leigo**, será aplicada **prova escrita, composta de 20 questões de múltipla escolha e 01 questão subjetiva, pautadas no conteúdo programático descrito no anexo II desse edital**. A prova escrita terá duração de 03 (três horas) e será realizada na data de **03 de julho de 2013, às 09h00 (quarta-feira)**, no Auditório da OAB – Subseção Apucarana, localizado na Rua Renê Camargo de Azambuja, 440, Centro, nesta cidade e Comarca de Apucarana.

6.2.1 Para a função de **conciliador**, será aplicada **prova escrita, composta de 20 questões de múltipla escolha, pautadas no conteúdo programático descrito no anexo I desse edital**, também terá duração de 03 (três) horas, mas será realizada no dia **04 de julho de 2013, às 09h00 (quinta-feira)**, no mesmo endereço citado o item anterior.

6.2.2 Os portões serão fechados às 09h00. O candidato deverá comparecer ao local indicado com antecedência mínima de 30 minutos.

6.3 – **Os aprovados na prova escrita deverão acompanhar a publicação dos próximos editais a fim de tomar conhecimento acerca da data, local e hora,**



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

para a realização da prova oral, devendo comparecer ao local indicado com antecedência mínima de 30 minutos.

6.4 – Em todas as fases, o candidato deverá comparecer ao local da prova designado no edital munido do documento oficial de identificação que serviu de base para a sua inscrição, do comprovante de inscrição e de caneta esferográfica azul ou preta.

6.5 – Será considerado aprovado o candidato que alcançar, no mínimo, nota 5,0 (cinco) na prova escrita e na oral, se realizada;

6.5.1 – A prova escrita terá nota máxima de 10,0 (dez) pontos;

6.5.2 – A prova oral terá nota máxima de 10,0 (dez) pontos;

6.6. – A lista de aprovados conterà o nome e a nota do candidato obtida pela média aritmética das notas da prova escrita e da prova oral, se realizada.

6.7 – Os candidatos que compõem a lista de aprovados deverão apresentar os títulos que possuem perante a Secretaria do processo seletivo, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação da lista de aprovados na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça.

6.8 - Consideram-se títulos:

a) certificado de conclusão de curso de pós-graduação preparatório para a carreira da magistratura desenvolvido pela Escola da Magistratura do Paraná - valor máximo de 3,0 pontos;

b) certificado de conclusão de curso de especialização na área dos Juizados Especiais, com carga horária mínima de 20 horas - valor máximo de 1,0 ponto;

c) certificado de conclusão de curso de capacitação para conciliação e/ou mediação - valor máximo de 1,0 ponto;

d) o exercício anterior da função de conciliador ou juiz leigo em unidade de Juizado Especial pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, comprovado por certidão expedida pela respectiva Secretaria - valor máximo de 1,0 ponto;

e) diplomas em curso de Pós-Graduação:

e.1) doutorado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas - valor de 1,5 ponto;



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

e.2) mestrado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas - valor de 1,0 ponto;

e.3) especialização em Direito, na forma da legislação educacional em vigor, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, cuja avaliação haja considerado monografia de final de curso - valor de 0,5 ponto;

f) curso de extensão sobre matéria jurídica de mais de 100 (cem) horas-aula, com nota de aproveitamento ou trabalho de conclusão de curso e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) - valor de 0,25 pontos por curso, até o máximo de 1,0 ponto;

6.8.1 - A prova de títulos terá nota máxima de 10,0 (dez) pontos.

6.9 - Os aprovados terão seus títulos valorados e acrescidos à nota da lista de aprovados, obtendo-se, assim, a classificação final.

6.9.1 - Na hipótese de empate, terá preferência o candidato mais idoso.

6.10 - A lista de classificação final deverá ser publicada na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça.

6.11 - Os classificados deverão preencher ficha cadastral na Secretaria responsável pelo processo seletivo e apresentar os seguintes documentos no prazo de 20 dias a contar da publicação da lista de classificação final na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça:

a) certidão emitida pelo Cartório Distribuidor na esfera Cível e Criminal da Comarca ou Foro onde reside e para a qual se pretende a designação;

b) declaração de que não advogará na unidade do Juizado Especial da Comarca ou Foro onde pretende exercer a função;

c) declaração de que não exerce atividade político-partidária, nem é filiado a partido político ou representa órgão de classe ou entidade associativa;

d) 2 (duas) fotografias 3x4 recentes;

e) número da conta-corrente e agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal para depósito dos valores pecuniários a serem percebidos a título de prestação de serviços;

f) número da inscrição de trabalhador (NIT) no INSS ou o número do PIS/PASEP;



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

g) no caso de designação para a função de juiz leigo, comprovação de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e declaração de que possui experiência jurídica de, no mínimo, 2 (dois) anos.

6.12 - Verificada a ausência de algum documento, o interessado, independentemente de despacho judicial, será intimado para providenciá-lo no prazo de 3 (três) dias, lapso este que, findo sem manifestação, ensejará a desclassificação do candidato.

7 – DO RESULTADO FINAL

7.1 – Certificada a regularidade, pelo secretário, dos documentos e declarações apresentadas, proceder-se-á a publicação do resultado final.

7.2 – O Edital do resultado final deve ser publicado na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça, contendo os nomes e as médias, das provas escrita e oral, se realizada, acrescidas dos títulos, dos candidatos que apresentaram todos os documentos a que se refere o item 6.11 deste Edital.

7.3 – Os recursos devem obedecer ao regramento traçado na Resolução nº 03/2010 do CSJEs.

7.4 – A homologação do resultado final deverá ser publicada na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça.

7.5 – Após a homologação, o Juiz Supervisor oficiará ao Supervisor-Geral do Sistema de Juizados Especiais solicitando a designação dos candidatos aprovados, observado o limite de vagas a preencher e atestando quanto à observância do previsto nos artigos 6º e 23 desta Resolução 03/2010 do CSJEs, instruindo o ofício com a ficha cadastral e as duas fotos 3x4.

8 – DA DESIGNAÇÃO

8.1 – A aprovação no processo seletivo não gera direito adquirido à designação, contudo observar-se-á a classificação final e o prazo de validade para o efeito de designação.



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

8.2 – Os candidatos, cujos nomes constam no Edital do Resultado Final, item 7.4, que não forem imediatamente designados comporão um cadastro de reserva para suprir eventuais necessidades de substituição ou mesmo para preenchimento de vagas abertas, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

8.3 – Caso o candidato manifeste a vontade de não ser designado, deverá declará-lo por escrito, passando de imediato a ocupar a última posição na lista dos classificados.

9 – DA FUNÇÃO

9.1 – Cabe ao conciliador, nos Juizados Especiais Cível e da Fazenda Pública, sob supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação.

9.2 – O Conciliador Criminal desempenhará as suas atribuições na audiência preliminar, sob a orientação e supervisão do juiz togado, atuando nas ações penais privadas, nas públicas condicionadas à representação, indistintamente, e nas ações penais públicas incondicionadas em que o Juiz e o Promotor entendam conveniente a sua atuação.

9.3 – São atribuições do juiz leigo:

- a) presidir as audiências de conciliação;
- b) presidir audiências de instrução e julgamento, podendo, inclusive, colher provas;
- c) proferir parecer, em matéria de competência dos Juizados Especiais, a ser submetido ao Juiz Supervisor da unidade de Juizado Especial onde exerça suas funções, para homologação por sentença.

9.4 – A atuação dos juízes leigos ficará limitada aos feitos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

9.5 – Os conciliadores e juízes leigos ficam impedidos de exercer a advocacia perante a Unidade do Juizado Especial da Comarca ou Foro onde forem designados.



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10 – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – O exercício das funções de conciliador e de juiz leigo é considerado de relevante caráter público e sem vínculo empregatício ou estatutário com o Tribunal de Justiça.

10.2 – As comunicações de todos os atos do teste seletivo serão feitas através do endereço ou telefone ou e-mail informados na ficha de inscrição, a critério da autoridade responsável pelo exame, sendo que eventual mudança deverá ser previamente comunicada pelo candidato, por escrito e mediante protocolo junto à Secretaria do processo seletivo, sob pena de reputar-se válida a intimação feita através dos locais ou meios fornecidos pelo candidato quando da inscrição.

10.3 – A validade do procedimento seletivo é de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado a partir da data da publicação da homologação do resultado do processo seletivo, na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais, no *site* do Tribunal de Justiça, podendo o Juiz Supervisor realizar novo certame antes de findo o prazo, caso exaurido o cadastro de reserva.

10.4 – O teste seletivo realizado por uma unidade de Juizado Especial poderá ser aproveitado por outra, respeitada a ordem de classificação, desde que dentro do prazo de validade do processo seletivo.

10.5 – As ocorrências não previstas neste Edital, nem na Resolução nº 03/2010 do CSJEs, bem como os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo Juiz Presidente do processo seletivo.

Apucarana, 17 de maio de 2013.


MÁRCIA PUGLIESI YOKOMIZO
Juíza Presidenta



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA FUNÇÃO DE CONCILIADOR

PROVA OBJETIVA: (NOTA 10,0)

I – CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LINGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de textos. Ortografia oficial. Significação das palavras. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Tipologia textual. Emprego das classes de palavras. Coesão e coerência. Conjunção. Vozes do Verbo. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais.

II - DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos princípios fundamentais. Aplicabilidades e Interpretação das Normas Constitucionais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos Direitos Sociais. Da Administração Pública. Do Poder Judiciário. Das Funções Essenciais à Justiça.

III – DIREITO CIVIL

Conceito de lei. Vigência e aplicação da lei no tempo e no espaço. Princípios gerais do direito civil. Das pessoas: pessoas naturais, pessoas jurídicas (direito privado e direito público). Domicílio civil. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Das obrigações: modalidade das obrigações, transmissão das obrigações, adimplemento e extinção das obrigações, inadimplemento das obrigações. Dos contratos em geral. Responsabilidade civil.

IV – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Noções de jurisdição e de ação. Das partes e dos procuradores. Do Ministério Público. Dos órgãos Judiciários e dos auxiliares da Justiça. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do procedimento ordinário. Dos



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

recursos: Apelação, Embargos de declaração. Do processo de execução. Direito do consumidor.

V – DIREITO PENAL

Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das espécies de pena. Da cominação das penas. Da Aplicação das penas. Da suspensão Condicional da pena. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. Parte especial (somente crimes de menor potencial ofensivo).

VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

Dos princípios processuais penais. Inquérito policial e termo circunstanciado. Ação penal. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Direito probatório. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e do Defensor. Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Atos de Comunicação no processo. Das citações e intimações. Atos Judiciais: despacho, decisão e sentença. Lei 9099/95: disposições gerais. Da competência e dos atos processuais. Da fase preliminar. Do procedimento sumaríssimo. Da execução. Das despesas processuais e disposições finais.

VII – LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE, RESOLUÇÃO E ENUNCIADOS APLICADOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO PARANÁ.

Dec. Lei 3688/41 (Lei de Contravenções penais). Lei 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Lei 9605/98 (Crimes Ambientais). Lei 9099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Estaduais). Enunciados do FONAJE. Resolução 03/2010 do CSJEs, Lei 12.153/09 (Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública). Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA FUNÇÃO DE JUIZ LEIGO

PROVA OBJETIVA: (NOTA 6,0)

I – CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LINGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de textos. Ortografia oficial. Significação das palavras. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Tipologia textual. Emprego das classes de palavras. Coesão e coerência. Conjunção. Vozes do Verbo. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais.

II - DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos princípios fundamentais. Aplicabilidades e Interpretação das Normas Constitucionais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos Direitos Sociais. Da Administração Pública. Do Poder Judiciário. Das Funções Essenciais à Justiça.

III – DIREITO CIVIL

Conceito de lei. Vigência e aplicação da lei no tempo e no espaço. Princípios gerais do direito civil. Das pessoas: pessoas naturais, pessoas jurídicas (direito privado e direito público). Domicílio civil. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Das obrigações: modalidade das obrigações, transmissão das obrigações, adimplemento e extinção das obrigações, inadimplemento das obrigações. Dos contratos em geral. Responsabilidade civil.

IV – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Noções de jurisdição e de ação. Das partes e dos procuradores. Do Ministério Público. Dos órgãos Judiciários e dos auxiliares da Justiça. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do procedimento ordinário. Dos



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

recursos: Apelação, Embargos de declaração. Do processo de execução. Direito do consumidor.

V – LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

Lei 9099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Estaduais). Enunciados do FONAJE. Resolução 03/2010 do CSJEs. Lei 12.153/09 (Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública). Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

PROVA SUBJETIVA: (NOTA 4,0) – *(será aplicada na mesma oportunidade da prova objetiva, podendo ser feitas perguntas específicas ou requerida elaboração de peça processual pautada nos conhecimentos adquiridos no conteúdo programático estipulado para a prova objetiva).

